

Textos **MICHAEL PEREIRA**
Ilustração **MÓNICA DAMAS**

Ninguém o conhece em Portugal, mas na Guiné-Bissau não há como contorná-lo. Braima Camará tem feito parte da vida política daquele pequeno país africano, tornando-se nos últimos anos uma das figuras mais relevantes da elite local. Foi conselheiro especial para “os assuntos económicos e investimento privado” dos ex-Presidentes Nino Vieira e José Mário Vaz e ministro conselheiro do ex-Presidente Malam Bacai Sanha. É agora deputado e líder do MADEM-G15, o partido do atual chefe de Estado, Umaro Sissoco Embaló.

De acordo com uma investigação do Expresso, Braima Camará fez quase €2 milhões de depósitos em dinheiro vivo entre 2014 e 2017 em dois bancos portugueses e comprou na última década quatro apartamentos em Portugal por €1.300.000 em nome próprio, de um filho e de uma companheira. Apesar destes indícios de lavagem de dinheiro, Camará não está a ser investigado neste momento pelo Ministério Público nem é arguido em Portugal.

Em 1994, o líder do MADEM-G15 chegou a ser julgado em Portugal num caso de tráfico de droga, tendo sido absolvido. Em 2012 voltou a ser suspeito num processo aberto sobre uma rede internacional de distribuição de heroína na Europa, que acabou arquivado. Já em 2017 o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) abriu um inquérito-crime sobre branqueamento de capitais, com o apoio da Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) da Polícia Judiciária, na sequência de um conjunto de depósitos em numerário, num total de €700 mil, feitos por Braima Camará no intervalo de apenas um mês, entre agosto e setembro desse ano, numa conta na Caixa Geral de Depósitos (CGD) titulada pelo filho, Yannick Carrington Camará, um estudante universitário sem nenhuma atividade profissional conhecida.

Fontes judiciais que acompanham a realidade em Bissau admitem que Portugal é usado de forma intensiva para lavar dinheiro pela elite guineense. Isso inclui os lucros acumulados com o narcotráfico, um tópico que voltou a estar na ordem do dia desde 2019, quando foram feitas as duas maiores apreensões de sempre de cocaína no país, 12 anos depois de a Guiné-Bissau ter sido rotulada pela primeira vez como um narco-Estado. Uma investigação do Expresso publicada em abril revelou como estas apreensões mais recentes estão associadas a uma rota de cocaína controlada pelo cartel de Sinaloa e que tem o envolvimento de um grupo islâmico do Norte do Mali, o Al-Mourabitoun, incluído na lista de sanções do Conselho de Segurança da ONU por causa do seu papel no financiamento, no planeamento e na participação em atividades terroristas da Al-Qaeda do Magrebe islâmico.

“Portugal desempenha um papel central na mecânica do branqueamento de capitais utilizada por elementos da elite de Bissau”, assegura Lucia Bird, diretora do Observatório para a África Ocidental da Global Initiative Against Transnational Organized Crime, uma organização especializada em crime e segurança, com sede na Suíça, que produz regularmente relatórios sobre a Guiné-Bissau, com um enfoque no narcotráfico. “Os laços estreitos entre os países, incluindo famílias que abrangem ambos os países, a existência de uma grande comunidade guineense em Portugal, de cidadãos com dupla nacionalidade e a prática comum das elites de Bissau em enviarem os filhos para estudar em Portugal e em terem contas bancárias e bens no país, facilitam os fluxos financeiros ilícitos.”

Além de político, Braima Camará é presidente da Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços (CCIAS) da Guiné-Bissau, apresentando-se como empresário. De acordo com um perfil publicado pelo

Investigação O líder do partido do Presidente da Guiné-Bissau fez depósitos de quase €2 milhões em Portugal. O Ministério Público arquivou, em 2021, um inquérito-crime por falta de resposta das autoridades guineenses. Camará já tinha sido investigado por tráfico de droga

As malas de dinheiro do senhor Camará

próprio, Camará fundou em 1994 o grupo Malaika, que inclui um negócio de exportação de castanha de caju, e o hotel Malaika, uma unidade hoteleira com 40 quartos no centro de Bissau.

Chamado a prestar declarações, o dirigente político guineense justificou os depósitos em dinheiro vivo no verão de 2017 com as receitas do hotel Malaika, em Bissau. Segundo ele, esta unidade hoteleira faturou €540 mil em 2016 e mais de €430 mil nos primeiros seis meses de 2017. Ou seja, quase um milhão de euros faturados num ano e meio, apesar de o hotel estar localizado numa cidade sem turistas e num dos países mais pobres do mundo, com um PIB *per capita* de pouco mais de €600 — menos de 30 vezes o de Portugal.

A ser verdade que o dinheiro depositado em Lisboa tenha de facto tido origem na faturação do hotel em Bissau durante aquele período, isso significou, teoricamente, uma margem de lucro líquida de 72%, muito acima da rentabilidade normal da indústria hoteleira. E há outras dúvidas que se levantam: terão todos os clientes do hotel Malaika pagado as suas despesas em numerário? Porque é que esses valores não foram depositados em Bissau, onde também há bancos? E como é que o dinheiro foi transportado de Bissau para Lisboa? Em malas diplomáticas?

Nada a fazer

O processo-crime foi encerrado em janeiro de 2021 por falta de provas, depois de ter sido transferido para o Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Loures em 2018 e de um pedido de cooperação judiciária enviado às autoridades da Guiné-Bissau ter ficado sem resposta. O pedido

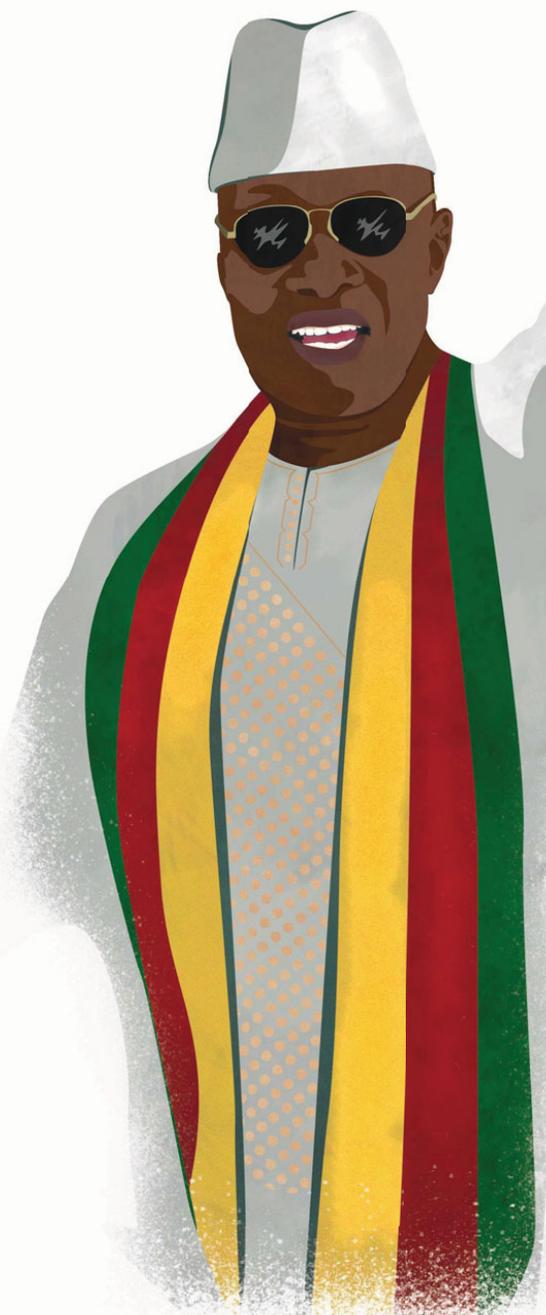
foi enviado pela Polícia Judiciária em outubro de 2019, via Interpol, mas nunca houve qualquer *feedback*.

Em Portugal, a lavagem de dinheiro é um crime insuficiente, por si só, para justificar uma acusação e levar pessoas a julgamento, ao contrário do que acontece noutros países europeus. O Ministério Público está obrigado a obter provas sobre a origem ilícita do dinheiro. Se o dinheiro tiver sido obtido com esquemas totalmente montados fora de Portugal, os indícios só podem ser recolhidos com a ajuda das autoridades dos países onde esses crimes precedentes foram praticados.

“Sem crime precedente, tal como previsto à data da transferência/depósito do capital, não há crime de branqueamento de capitais”, resumiu num despacho a procuradora que ficou com o caso, uma estagiária no DIAP de Loures. “De facto, o suspeito Braima Camará procedeu a diversos investimentos no território nacional, designadamente depósitos de quantias avultadas, aquisição de imóveis de avultado valor e de veículos de alta gama”, reconheceu a magistrada, acrescentando que o suspeito é “atualmente considerado o braço direito do atual Presidente da Guiné-Bissau” e não é esperada uma resposta das autoridades guineenses ao pedido de cooperação internacional.

O Ministério Público levantou como hipótese uma eventual relação do dinheiro acumulado em Portugal com notícias publicadas na Guiné-Bissau que deram conta do envolvimento de Braima Camará no desvio de dinheiros públicos do Fundo de Promoção da Industrialização dos Produtos Agrícolas (FUPPI) guineense entre 2011 e 2014, mas admitiu que não seria possível verificar a consistência dessas informações. “Assim, por não haver certezas quanto à verificação do crime precedente e por os elementos probatórios recolhidos nos autos também não permitirem concluir pela prática de qualquer outro ilícito criminal que cumpra conhecer, o inquérito será arquivado”, concluiu a procuradora.

A par da conta na CGD, foram identificados outros ativos de Braima Camará no banco Santander: uma conta à ordem com quase €500 mil e aplicações financeiras em nome do filho na ordem dos €700 mil. A Unidade Financeira da Polícia Judiciária descobriu que os depósitos nesse banco foram feitos também em dinheiro



O DIRIGENTE POLÍTICO GINEENSE JUSTIFICOU €700 MIL DE DEPÓSITOS EM DINHEIRO VIVO NA CGD, EM 2017, COM A FATURAÇÃO DE UM HOTEL EM BISSAU



-Bissau. Depois, em 2010, comprou um apartamento com cinco quartos e uma garagem tripla na Maia, perto do Porto, por €250 mil, com recurso a um empréstimo de €200 mil.

A partir daí, deixou de recorrer a empréstimos. Dois anos depois, em 2012, comprou a pronto pagamento, por €410 mil, um apartamento no oitavo piso das Colinas do Cruzeiro, um condomínio com piscina, em Odivelas, um concelho onde existe uma grande comunidade guineense. O imóvel foi adquirido diretamente ao promotor imobiliário em nome de Maria Clementina Carrington. Em 2016, no mesmo condomínio, foi comprada uma segunda casa, no terceiro piso, por €350 mil, mais uma vez em nome de Maria Clementina, e um terceiro apartamento, por €250 mil, no sexto piso, em nome do filho.

O Expresso visitou o condomínio das Colinas do Cruzeiro e tocou à campainha do apartamento no oitavo piso. Uma voz respondeu que Braima Camará não estava. Pouco depois, o deputado guineense desceu no elevador, mas recusou-se a vir à porta do prédio, acabando por sair pela garagem.

Confrontado por e-mail, Braima Camará não respondeu às perguntas do Expresso sobre a origem do dinheiro nem sobre o facto de o ter trazido em numerário para Portugal.

Política e narcotráfico

Além das suspeitas persistentes das autoridades portuguesas sobre ligações de Camará ao tráfico de droga, outros factos descobertos ao longo dos anos na Guiné-Bissau reforçam a hipótese de poder haver aí algum fundo de verdade.

Nino Vieira, o Presidente histórico que governou o país durante es

ALÉM DAS CONTAS NA CGD E NO SANTANDER, BRAIMA CAMARÁ COMPROU QUATRO CASAS EM PORTUGAL NA ÚLTIMA DÉCADA POR €1,3 MILHÕES

décadas de 80 e 90, voltou a ocupar o cargo com o apoio de narcotraficantes colombianos, entre 2005 e 2009, até ser assassinado. Estas circunstâncias foram reveladas num artigo académico publicado em 2015 no "Journal of Modern African Studies" por Mark Shaw, fundador da Global Initiative.

Por outro lado, José Mário Vaz, Presidente entre 2014 e 2019, foi denunciado pelo ex-primeiro-ministro Aristides Gomes, numa entrevista publicada este ano pelo Expresso, como tendo tentado impedir a apreensão de quase 800 quilos de cocaína em março de 2019, durante a Operação Carapau.

Quer Nino Vieira quer José Mário Vaz tinham Braima Camará como conselheiro especial. Na entrevista que deu ao Expresso, Aristides Gomes recordou como foi surpreendido com ataques dos dirigentes do MADEM-G15 "minutos depois" de terem sido apreendidas, em agosto de 2019, quase duas toneladas de cocaína na Operação Navarra. "O MADEM e o Presidente da altura fizeram tudo para substituir o meu Governo. [...] Tudo isso na sequência das Operações Carapau e Navarra", contou. "A situação foi piorando. Chegámos às eleições presidenciais num clima de grande tensão."

Assim que tomou posse como Presidente, em fevereiro de 2020, com o apoio do MADEM-G15, Umaro Sissoco Embaló demitiu o Governo de Aristides Gomes, que entretanto teve de se refugiar durante 11 meses na missão das Nações Unidas em Bissau, até conseguir ser evacuado para a Europa, ao mesmo tempo que um dos cabecilhas da rede por detrás da Operação Navarra circulava pela capital guineense protegido por forças de segurança do Estado. Além da perseguição feita ao ex-primeiro-ministro, também a ministra da Justiça esteve escondida dois meses antes de conseguir fugir para Lisboa e a diretora da Polícia Judiciária sentiu-se obrigada a demitir-se, por não ter condições de continuar o seu trabalho.

Braima Camará voltou a Bissau a 18 de junho, depois de um período de 10 meses em Portugal. O seu regresso foi marcado por um clima tenso. Desde o ano passado que a imprensa tem dado conta de haver algum desentendimento entre Camará e o Presidente da República. O líder do MADEM-G15 queixou-se de lhe ter sido retirada a segurança pessoal pelo Ministério do Interior. "Não quero problemas, porque tenho o povo e a verdade do meu lado. Fiquem descansados. Tudo o que se passa é provocação do Ministério do Interior que não passa de intimidação", disse o deputado dois dias a seguir ao seu regresso a Bissau, citado pela "Deutsche Welle". Sissoco reagiu publicamente a esse comentário: "O líder do MADEM-G15 [Braima Camará] sabe que não é colega do Presidente da República. A Guiné-Bissau é um Estado com regras, não é um partido-Estado, onde os partidos ditam as regras."

Sissoco foi um dos fundadores e líderes do MADEM-G15 até ser eleito Presidente. Recentemente, no entanto, dirigentes do partido acusaram o chefe de Estado de lhes ter virado as costas e de ter encontrado um novo aliado, o ministro do Interior, Botche Candé, que criou o seu próprio partido no final de 2021.

Na investigação sobre o narcotráfico na Guiné-Bissau publicada em abril, o Expresso revelou que numa operação da Polícia Judiciária guineense lançada no ano passado, a Operação RED, foi detido um oficial da Polícia de Intervenção Rápida, o subintendente Ely, por suspeitas de ter roubado 900 quilos de cocaína a um grupo rival, liderado pelo general António Indjai, antigo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e um dos apoiantes da tomada de posse à força por parte de Sissoco, em 2020. De acordo com fontes policiais, o subintendente Ely estava a trabalhar para o ministro Botche Candé.

mpereira@expresso.imprensa.pt

Artigo escrito no âmbito de um projeto de investigação produzido em parceria com o Pulitzer Center e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Lucia Bird Diretora do Observatório para a África Ocidental da Global Initiative

“Portugal tem um papel central nos esquemas da elite guineense”

■ O que se sabe hoje sobre como é lavado o dinheiro ganho pela elite da Guiné-Bissau com o tráfico de droga e outras atividades ilegais?

■ Existem poucos obstáculos ao branqueamento de receitas ilícitas, incluindo do comércio de cocaína, na Guiné-Bissau. Quatro sectores são fulcrais para esse branqueamento: castanha de caju, hotelaria, imobiliário e o sector financeiro. O negócio da castanha de caju, o meio de subsistência da maioria dos guineenses, é informal, sazonal e largamente baseado em numerário, o que significa que muitos levantamentos e depósitos em numerário ocorrem num período concentrado e o numerário pode ser facilmente injetado na economia. Vários hotéis no centro de Bissau continuam a funcionar enquanto permanecem sem hóspedes, o que parece suportar os relatos de que também são utilizados como canais para a lavagem de dinheiro. A indústria da construção também tem beneficiado dos lucros da droga, que têm sido utilizados para comprar imóveis e dinamizar obras de construção tanto na Guiné-Bissau como em Dakar e Lisboa. Por exemplo, vários oficiais das Forças Armadas, que, segundo alguns relatos, estão a proteger um novo ator no comércio de cocaína de Bissau que começou a operar em 2021, terão recentemente construído novas propriedades no país e no estrangeiro.

■ Portugal tem um papel importante nesses esquemas de lavagem de dinheiro?

■ Sim, Portugal desempenha um papel central na mecânica do branqueamento de capitais utilizada por elementos da elite de Bissau. Os laços estreitos entre os dois países, incluindo famílias que abrangem ambos os países, a existência de uma grande comunidade guineense em Portugal, de cidadãos com dupla nacionalidade e a prática comum das elites de Bissau em enviarem os filhos para estudar em Portugal e em terem contas bancárias e bens no país, facilitam os fluxos financeiros ilícitos. O mais comum é comprarem propriedades, particularmente em Lisboa, mas também em Paris. A elite política é conhecida por pagar antecipadamente às empresas de construção em dinheiro, sendo que os novos imóveis permanecem frequentemente em nome do construtor durante vários anos antes de

serem transferidos para o nome de um parente.

■ A Guiné-Bissau tem meios para prevenir estes esquemas?

■ As instituições e a legislação existem (embora com deficiências), mas são poucos os meios técnicos para detetar e prevenir o branqueamento de capitais. O quadro económico da Guiné-Bissau deixa o país aberto a fluxos financeiros ilícitos em grande escala: a maior parte da atividade económica acontece no âmbito da economia informal. A grande maioria da população não tem contas bancárias e existem serviços paralelos no mercado negro. Além disso, o quadro legislativo permite que as empresas sejam registadas sem os nomes dos seus acionistas e sejam transferidas sem qualquer registo oficial da mudança de controlo. O pouco escrutínio que existe também faz com que as empresas sejam mecanismos fáceis de branqueamento. Além disso, as instituições financeiras em Bissau têm apenas normas rudimentares de controlo, permitindo que os fundos ilícitos sejam facilmente lavados através de simples depósitos. Os bancos não preenchem de forma sistemática "relatórios de transações suspeitas" e há uma relutância em se envolverem com as autoridades, de modo a "protegerem os seus clientes", embora alguns funcionários que discutiram o estado de coisas com a Global Initiative em 2021 tenham sugerido que isto está a começar a mudar.

■ Como vê o nível de cooperação das autoridades portuguesas e de outros países europeus com a Guiné-Bissau?

■ Existem instrumentos disponíveis de assistência judicial mútua, os juízes em Bissau receberiam formação sobre técnicas relevantes relacionadas com fluxos financeiros ilícitos e há um grau de cooperação entre as autoridades de ambos os países. Contudo, existem poucos sinais de haver uma troca de informações forte e regular entre a Europa e a Guiné-Bissau sobre a questão do branqueamento de capitais. Os resultados dessa cooperação não são visíveis. Isto pode dever-se a uma ausência crónica de apoio político na Guiné-Bissau às instituições que lidam com este tópico, em parte devido ao envolvimento de figuras nacionais de alto nível em esquemas de lavagem de dinheiro.

■ Há margem para melhorias?

■ Travar o envolvimento desses elementos da elite em esquemas ilícitos deve continuar a ser a prioridade das respostas — esta é a única forma de o sistema ser alterado. À medida que a Guiné-Bissau se aproxima de uma fase pré-eleitoral (há eleições previstas para 2023), deveria haver uma reforma nacional para reforçar a fiscalização do financiamento dos partidos políticos e das campanhas. Se os fundos ilícitos deixarem de desempenhar um papel tão importante nas eleições, isso poderá começar a separar as águas entre o dinheiro sujo e a política em Bissau.

“ OS LAÇOS ESTREITOS ENTRE OS DOIS PAÍSES FACILITAM OS FLUXOS ILÍCITOS ”